

Quando um Presidente da República vive no limite do semipresidencialismo: retratos que a imprensa diária esboçou na primeira metade do mandato de Marcelo Rebelo de Sousa

Felisbela Lopes & Paula Espírito Santo

CECS - Universidade do Minho / ISCSP, Universidade de Lisboa, Centro de Administração e Políticas Públicas

E-mail: felisbela.lopes@gmail.com/paulaes@iscsp.ulisboa.pt

Resumo

O 20º Presidente da República Portuguesa inaugurou, em Março de 2016, um mandato distintivo na forma como se relaciona com os poderes que a Constituição lhe confere. Participando diariamente em múltiplos eventos, Marcelo Rebelo de Sousa fala, acima de tudo, daquilo que considera mais estratégico (re)colocar na ordem do dia, entrando em permanência em áreas de atuação que pertencem ao Governo. E isso é legitimado por duas forças que este PR não descarta: a popularidade que reúne junto dos portugueses e a atenção mediática que provoca nos jornalistas. É aqui que reside a sua força para testar alguns dos poderes presidenciais que lhe estão fixados pela Lei Fundamental. Nesta contribuição, identificaremos o modo como o Presidente da República exerceu os seus poderes à luz do que a imprensa diária generalista portuguesa tem publicado sobre si, ao longo dos primeiros dois anos de mandato (9 de Março de 2016 a 9 de Março de 2018). Com base num universo de 1.537 textos noticiosos

publicados, neste período, no *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Público* e *Correio da Manhã*, identificaremos quais os poderes presidenciais que estiveram em destaque na imprensa e faremos sobressair três situações que assumiram relevância no modo como o Presidente da República faz vingar a sua posição junto do Governo: a intervenção no rumo do único banco público português (Caixa Geral de Depósitos), a coordenação das operações em torno do roubo de material militar em Tancos e o envolvimento com as vítimas dos incêndios que afetaram a região centro de Portugal em 2017. Como resultados esperados, esta contribuição procura examinar a construção da proximidade entre eleitores e eleitos, promovida pela figura presidencial, e amplificado pela imprensa. Ou seja, pretende-se identificar os moldes e o papel da imprensa como motores essenciais para a projeção da mensagem política e da figura presidencial, em termos de utilização do espaço público mediático.

Palavras-chave: jornalismo político; tematização; semipresidencialismo.

Data de submissão: 2018-11-07. Data de aprovação: 2019-03-27.

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



When a President lives on the edge of semi-presidentialism: portraits that the daily press outlined during Marcelo Rebelo de Sousa's first half mandate

Abstract

The 20th President of the Portuguese Republic inaugurated, in March 2016, a distinctive mandate, considering his political interpretation of the president's Constitutional powers. In a daily basis, Marcelo Rebelo de Sousa speaks, mostly, of what he considers more strategic in the national agenda setting, extending permanently his action to the Government areas of influence. This is legitimized by two forces that this President does not neglect: the popularity that he gathers together with the Portuguese people and the media attention he causes in journalists. This is where his strength lies to test some of the presidential powers set by the Constitution. In this contribution, we will identify how the President developed his powers, considering the Portuguese daily press news published about himself, during the first two years of his term (9 March 2016 to 9 March 2018). Based on an universe of 1.537 news articles published during this period, in *Diário de Notícias*,

Jornal de Notícias, *Público* and *Correio da Manhã*, we identify the presidential powers that have been highlighted in the press, and we undertake a deep analysis around three political situations that played a role in the way the President avenged his position next to the Government: the President's political influence on the course of the Portuguese public bank (*Caixa Geral de Depósitos*); the coordination of the operations on the swipe of military equipment in *Tancos*; and the President's support to the fire victims which affected the Centre region of Portugal, in 2017. The expected results are to examine the proximity between voters and elected politicians, promoted by the presidential figure, and amplified by the press. In other words, the aim is to identify the molds and the role of the press as an essential engine towards the presidential political message and personal projection, in terms of the use of the public media space.

Keywords: political journalism; thematization; semi-presidentialism.

NOTA INTRODUTÓRIA

O ESPAÇO PÚBLICO político-mediático português tem vindo a transformar-se, de forma gradual e profunda, desde 9 de março de 2016, data da tomada de posse do 20º Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, o quinto eleito democraticamente. O elemento central desta mudança reside nos novos moldes de interpretação do exercício do cargo de Presidente da República, marcadamente direcionado para a visibilidade pública e mediática e para o contato estreito e permanente com as populações e com o Governo. Defendemos que, com este PR, se iniciou um novo ciclo político e se reformatou a cobertura noticiosa da Presidência da República. Pode referir-se que existe um momento político-mediático novo após o dia 9 de março de 2016, o qual passou a configurar o espaço público de forma determinante em termos democráticos e mediáticos.

Durante o período em análise, a ação do PR e a atenção dos jornalistas valorizaram três assuntos que abalaram a sociedade portuguesa: a capacidade de manutenção da estabilidade financeira e crescimento económico português na fase pós-troika; o roubo do armamento na base militar de

Tancos e o apoio às vítimas dos incêndios que devastaram violentamente a região centro do país em junho e em outubro de 2017. Estes três temas motivaram uma interpretação e leitura diferenciadas por parte dos *media* no que se refere à constância e proximidade do Presidente em relação ao acompanhamento público destes assuntos. Atenderemos a estes temas de forma especial, porque se assumem como momentos importantes para repensar a maneira como o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa vai interpretando os poderes que a Lei Fundamental lhe fixa e que aqui serão alvo de uma análise mais pormenorizada através dos artigos publicados na imprensa generalistas entre 10 de março de 2016 e 10 de março de 2018: *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Público*.

Nesta linha temporal, regista-se um novo entendimento dos limites e extensões dos poderes do Presidente que não são extravasados formal ou constitucionalmente, mas que são reinterpretados com base num novo olhar, mais interventivo, crítico e construtivo politicamente, no que diz respeito ao designado regime semipresidencialista português. No plano protocolar, os moldes ‘afetivos’ de intervenção pública, através da palavra do Presidente (lembre-se a utilização comum da expressão de “Marcelo, o Presidente dos afetos”), são constantes (quase diariamente existe cobertura noticiosa sobre as iniciativas do Presidente) e trazem uma dinâmica nova em termos de atitude política em relação à ação do Governo. Em termos protocolares, há uma renovação de papéis e de atitudes, sobretudo no que se prevê que seja o comportamento político da primeira figura do Estado, a qual tem vindo a ser dimensionada e projetada publicamente, como nunca o foi antes, trazendo uma base de reflexão evidente quanto aos poderes do Presidente no plano da projeção pública dos assuntos urgentes do Estado.

O objetivo central desta contribuição é examinar, no plano da comunicação política, a existência de um novo patamar e dimensão de proximidade entre eleitores e eleitos, construído e fomentado pelo Presidente da República e veiculado pelos *media*, o qual se traduz numa projeção constante da mensagem política e da figura presidencial em termos de utilização do espaço público mediático. Neste quadro, a questão de partida deste estudo é a seguinte: de que modo a imprensa diária generalista portuguesa reflete os poderes do Presidente da República? Com este estudo, pretende-se identificar focos estratégicos de seleção e construção da mensagem política, projetados nos *media*, em particular na imprensa diária, e identificar em que medida estes são geradores de reforço da estratégia de comunicação presidencial. Como objetivo secundário, procura-se examinar planos e competências, refletidos pela imprensa, que, apesar de se enquadrarem na esfera dos poderes do Presidente em termos constitucionais, são reinterpretados à luz de novos moldes em termos da dinâmica política democrática, situados em espaços de fronteira daquilo que fixa a Lei fundamental. Em termos metodológicos, esta contribuição baseia-se na aplicação da técnica de análise de conteúdo, tendo por base um processo de categorização e de codificação, aplicado a um *corpus* de textos que mediatizam acontecimentos protagonizados pelos PR ao longo dos primeiros dois anos de mandato (10 de março de 2016 a 10 de março de 2018), tendo por base os jornais diários portugueses.

SEMIPRESIDENCIALISMO, ESPAÇOS DE COABITAÇÃO POLÍTICA E EXPOSIÇÃO POLÍTICA E MEDIÁTICA: O CASO DE MARCELO REBELO DE SOUSA

O papel interventivo dos Presidentes num regime político de tipo semipresidencialista, como é o Português, caracteriza-se, em regra, por ser menos visível publicamente e menos marcante no plano quer da decisão política, quer da marcação da agenda mediática corrente, salvo em momentos nacionais de valor simbólico, histórico e político. Apesar de ser esta a regra, observámos neste estudo que a permanência do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, no espaço político mediático, tem vindo a constituir, por si só, um motivo de excecionalidade à regra e prática da comunicação política no regime democrático português. Defendemos, nesta contribuição, que um novo horizonte na relação entre os *media* e o poder político tende a desenhar-se por influência direta do Presidente da República, e em linha com a sua forma individual de personificação do cargo de Presidente.

A designação de regime semipresidencialista é herdeira da distinção clássica de Duverger (1978), que, baseado na leitura de vários países, onde se contam os casos de França e de Portugal, identificou um tipo de sistema político no qual o Chefe de Estado é o Presidente da República, que é diretamente eleito e possui poderes próprios, autónomos, paralelamente aos poderes do Chefe de Governo e dos demais órgãos de soberania, ou seja, a Assembleia da República e os Tribunais. O regime político português, designado como semipresidencialista, pressupõe um conjunto de poderes de intervenção no sistema político, da parte do mais alto Magistrado da Nação, o Presidente da República, executados em conjugação com o Governo da República e a Assembleia da República, órgãos estes de soberania, a que se junta um quarto, que são os tribunais. As competências dos órgãos de soberania estão inscritos constitucionalmente, e pressupõem uma base de cooperação institucional no plano político, entre os três primeiros órgãos de soberania, atrás referenciados, responsáveis pelo exercício do poder político.

Se atendermos ao estudo de Vital Moreira e de Gomes Canotilho (1991) sobre *Os Poderes dos Presidentes*, verificamos que, de acordo com estes autores, o regime político português tem uma base parlamentar forte, atendendo à responsabilidade do Governo perante aquele órgão, que é a Assembleia da República. Quanto ao Presidente da República, os seus poderes de veto, de dissolução da Assembleia da República, de controlo e de regulação do sistema político conferem-lhe características de atuação diferentes daquelas que são regulares nos sistemas parlamentares. Este quadro de poderes tem tido, contudo, naturezas divergentes consoante algumas das interpretações e práticas políticas de alguns dos Presidentes, essencialmente após 1976. Se, de acordo com Moreira e Canotilho (1991) e Moreira (2005), em Eanes (Presidente de 1976 a 1986) se verifica uma leitura aumentativa dos poderes presidenciais, já em Cavaco Silva, como 1º Ministro (Chefe de Governo entre 1985 e 1995), a posição foi a de esvaziamento dos poderes presidenciais (sobretudo no caso das áreas da Defesa e da Política Externa), em face às duas Presidências de Mário Soares (foi Presidente entre 1986 e 1996).

Nas suas contingências e características, Costa Pinto e Canelas Rapaz (2018) enfatizam a precocidade, a nível europeu, do semipresidencialismo Português, e em especial a sua vertente histórica e autoritária, a partir da ditadura de 1926-1933, na sequência da Revolução de 28 de maio de 1926, e no período do designado *Estado Novo*, entre a Constituição de 1933 e 1974, no regime

encabeçado por Salazar e Caetano. Neste sentido, entende-se a variabilidade do percurso nacional em matéria de definições dos poderes presidenciais, ainda que o denominador comum seja o forte controlo do regime por parte do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar. Ainda numa perspetiva de ciência política, em Costa Lobo (2018) questionam-se as dinâmicas da Constituição Portuguesa e as linhas ideológicas e históricas, no tempo do Portugal democrático, pós 1976 e até 2016. Em perspetiva comparada entende-se, neste contributo, a importância das bases constitucionais na definição do regime e a relatividade dos processos de democratização histórica em Portugal, na sua evolução e integração europeia e num quadro internacional amplo.

De acordo com Freire e Costa Pinto (2006), quando se observam os poderes do Presidente, procura-se enquadrar, num prisma centrado numa visão da ciência política, as múltiplas variações que o seu exercício permite concretizar e interpretar, à luz dos reflexos e consequências que esses poderes geram junto dos eleitores e dos cidadãos, no plano da dinâmica do sistema político. É neste contexto que se identificam as designadas eleições de primeira ordem, mais participadas e entendidas como mais eminentes no plano das consequências individuais e na organização global do sistema político. É o caso das eleições para a Assembleia da República. Nesta hierarquia de preferências dos votantes, em regra, as eleições presidenciais poderão ser enquadradas como eleições de menor participação, e, como tal, poderá deduzir-se, à luz deste entendimento teórico (Freire, Costa Pinto, 2006), uma secundarização das eleições presidenciais em relação às parlamentares. As eleições autárquicas e europeias são, nesta ótica, também designadas como eleições de segunda ordem e são, em regra, menos participadas no plano eleitoral. A eleição direta do Presidente é comum quer aos regimes presidencialistas, quer semipresidencialistas (Freire, Costa Pinto, 2006). De entre as várias realidades de países com regimes semipresidencialistas, verificam-se também poderes distintos atinentes ao cargo presidencial, sendo que os poderes de veto e de dissolução do Parlamento são os mais eminentes e de maior consequência no plano do funcionamento do sistema político Português.

Quanto às características e consequências da designada coabitação institucional entre o Presidente da República e o Governo, não existe evidência histórica de que esta possa constituir um perigo para as democracias, e mais investigação é necessária neste domínio (Elgie, 2008). No caso Português, a ‘coabitação’ institucional entre o Presidente da República e o Chefe do Executivo¹, assim como com o Governo, tem vindo a ser um elemento central da estabilidade democrática Portuguesa desde 1976, sendo que tem constituído, simultaneamente, um elemento que tem carregado desafios de ordem política, em períodos históricos da democracia portuguesa. Esses desafios foram sendo vividos pela História democrática nacional quando, por motivos quer de conjuntura económica quer de estilos distintos de liderança e de personificação da política, acarretaram, direta e indiretamente, circunstâncias de distanciamento e desvio em relação à necessária convergência e reforço dos poderes institucionais e, conseqüentemente, fragilizaram o almejado equilíbrio da balança de poderes, enquanto um dos motivos centrais de dinâmica saudável da política democrática.

Uma das competências do Presidente da República, inscrita na Constituição da República Portuguesa no seu artigo 120º, é a de constituir o garante da independência nacional, a unidade

1. Expressão vulgarizada em casos em que os partidos do Presidente e Primeiro-Ministro são distintos.

do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas. Este princípio constitucional remete para o preceito fundamental da salvaguarda do equilíbrio e normal funcionamento das instituições do Estado democrático, traduzindo-se, em grande medida, na assumpção da sua posição enquanto ‘fiel da balança’ do poder político. Desta forma, o Presidente da República permite que, de forma neutra, isenta e democrática e institucional e constitucionalmente inscrita, se desenrole o normal funcionamento das instituições políticas. Enquanto garante da Constituição, mais Alto Magistrado da Nação e, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas, o Presidente é o principal garante democrático, ao zelar pelo cumprimento da Constituição e ao defender os princípios e os preceitos democráticos naquela inscrita. O poder de promulgação e de veto (artigo 136º da CRP) de diplomas enviados da Assembleia da República constitui um constante elemento de capacidade de salvaguarda dos preceitos institucionais, por parte do Presidente da República.

Quanto ao poder de dissolução da Assembleia da República (artigo 133º da CRP), este constitui uma das competências e poderes com implicações mais profundas no campo do exercício e da influência presidencial no devir do funcionamento dos órgãos de soberania políticos e no Estado democrático português. O mesmo foi utilizado por várias vezes, desde as primeiras eleições democráticas de 1976², e constitui uma decisão com profundas implicações no curso político, mas também económico e social, e acarreta consigo um profundo impacto e consequências políticas, no plano da dinâmica da representação democrática e governamental, ao implicar a convocação de novas eleições. Os limites das competências da atuação presidencial, no que se refere à dissolução da Assembleia da República, constitui um dos elementos centrais de discussão académica (Bacelar Gouveia, 2007). Esta discussão assume contornos que evidenciam a importância da constitucionalidade no plano das decisões políticas, e da salvaguarda inerente das bases formais do Estado de Direito, mas também identificam uma base política e social, que acentua a especificidade da História política e dos atores políticos envolvidos, em relação às decisões tomadas.

Neste quadro, não é alheio o percurso político de Marcelo Rebelo de Sousa e a relação com os *media*, sobretudo a partir dos anos 90, a qual se pautou por um laço estreito de exposição permanente, ao longo de muitos anos de forma quase consecutiva, até ser Presidente da República. Saliente-se a sua passagem pela TSF entre 1993 e 1996; pela TVI, em horário nobre, aos domingos, no *Jornal Nacional*, num primeiro período entre 2000- 2004; na RTP entre 2005 e 2010, com a rubrica *As Escolhas de Marcelo Rebelo de Sousa*; e, novamente, na TVI, entre 2010 e 2015, Marcelo seria o comentador de domingo à noite na TVI, saindo do programa ao anunciar a sua candidatura a Presidente, depois de as sondagens lhe darem uma vantagem considerável. Em todas as intervenções de comentário político, Marcelo Rebelo de Sousa caracterizou-se por ser crítico e contundente em relação ao Governo, qualquer que este fosse, incluindo o Governo do seu próprio partido, o PSD³, do qual foi Presidente entre 1996 e 1999. No seu contexto e história de vida particular, e fruto de uma personalidade insurgente, Marcelo Rebelo de Sousa deu continuidade,

2. Na III República, após as eleições de 1976, o Presidente da República dissolveu a Assembleia da República nas seguintes datas: 1980 (António Ramalho Eanes); 1983 (António Ramalho Eanes); em 1985 (Ramalho Eanes); em 1987 (Mário Soares); 2002 (Jorge Sampaio); 2005 (Jorge Sampaio); 2011 (Aníbal Cavaco Silva).

3. O PSD liderou em coligação com o CDS/PP o XIX Governo Constitucional (21 de junho de 2011 – 30 de outubro de 2015). Este período seria pautado por uma austeridade profunda e pela intervenção da designada *troika* (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) em Portugal, que foi alvo de resgate financeiro.

no papel de Presidente, a um estilo de participação e acompanhamento diferente da vida nacional, até à data muito ativo, não protocolar em vários momentos políticos mais solenes⁴, ou menos, com presenças ao lado das populações locais, estilo este pouco convencional em comparação com os antecessores.

Esta contribuição pretende demonstrar a existência de uma relação estreita entre os níveis de atuação presidencial e o escrutínio público e político das decisões tomadas pelo Governo, com forte condicionamento da agenda política mediática, por parte do PR. Ou seja, com a entrada do novo Presidente da República Portuguesa, em março de 2016, abriu-se uma nova etapa na democracia portuguesa, no plano da relação tripartida entre os *media*, a comunidade política e o poder político, este último personificado pela figura do Presidente, e, hipoteticamente, por arrastamento, e na direta relação de influência deste, pelo Governo.

Com este pano de fundo, esta contribuição pretende demonstrar que, no estrito cumprimento das funções e poderes presidenciais que lhe estão adstritos, a Presidência de Marcelo Rebelo de Sousa tem vindo a redimensionar o espaço de exposição pública e mediática do órgão que representa, quando se compara a expressão pública dos poderes resultantes dos vários órgãos de soberania naquele período, na imprensa diária. Ou seja, há um tempo e espaço noticiosos de permanência na imprensa escrita, por parte da Presidência da República, o qual é constante e, simultaneamente, enquadrado nos limites constitucionais dos poderes do Presidente. No entanto, as iniciativas presidenciais competem e projetam a sua atuação para lá dos limites efetivos que a Constituição prevê, apesar de estes não serem por si ultrapassados no plano constitucional. Ou seja, o PR acentua, torna visível e projeta os múltiplos espaços de resolução e de problemas a nível comunitário, e força, particularmente o Governo e as suas estruturas governamentais, a seguirem a sua linha de projeção pública dos problemas sociais, sobretudo.

O Presidente da República enquadra e desempenha as suas funções em múltiplos espaços, os espaços das ocorrências e das urgências públicas que carecem de visibilidade. Isso faz da Presidência da República um local 'nómada' que projeta e impõe uma agenda mediática e pública. Contudo, o desafio que se coloca à figura do Presidente da República consiste no reforço da qualidade do funcionamento das instituições democráticas, e, em particular, da ligação entre este e o Governo e o Primeiro-Ministro, sem que se verifique uma ingerência no espaço previsto de intervenção formal, por parte do executivo. Defendemos que a manutenção desse equilíbrio e reforço institucional só são possíveis pelo papel de projeção e visibilidade públicas que os *media*, e em particular a imprensa aqui estudada, têm promovido junto da sociedade civil.

INCLUSÃO CÍVICA, CRÍTICA INFORMADA E IMPRENSA

É tradicional a discussão que opõe as massas e as elites no plano do envolvimento com o Estado (Neuman, 1986), que faz divergir a fraca capacidade das massas no plano da reflexão política, em face dos poderes e determinações de uma elite ilustrada conhecedora do funcionamento da máquina do poder. O estudo seminal de Almond e Verba (1963) sobre a cultura cívica demonstra a existência de níveis de entendimento e ligação por parte das populações com as instituições

4. Lembre-se que o Presidente da República quebrou o protocolo no dia 9 de março de 2016 quando chegou à Assembleia da República a pé para a sua tomada de posse.

do Estado, dirigidas pelo poder político. A cultura cívica caracteriza a percepção dos indivíduos acerca do funcionamento das instituições do Estado e a sua relação de proximidade com os poderes políticos locais e nacionais. Nesse estudo pioneiro (Almond e Verba, 1963), comparam-se cinco Nações (EUA, Itália, RFA, México, Reino Unido) quanto à existência de planos diferentes de relação com o poder político por parte das comunidades nacionais. A partir deste estudo, identificam-se três tipos essenciais de cultura política: paroquial (centrada nas questões locais e identificada em pequenas povoações), sujeita (dominada por uma elite abastada e pouco ou nada participativa) e a democrática (caracterizada pela liberdade de expressão, a competência política e a participação política, de entre outros traços).

No plano da relação entre o poder político e a comunidade, verifica-se, na maioria das democracias ocidentais, tal como demonstrado em Dalton e Welzel (2014), uma forte inversão de um paradigma tradicional que contemplava uma perspectiva e tomada de posição menos reflexiva, em termos de posicionamento público e político, por parte dos cidadãos. Um dos elementos essenciais de divisão em termos de envolvimento cívico e democrático reside no acesso e nas competências tecnológicas, que, em grande medida, permitem o alargamento da inclusão cívica e promovem níveis de inclusão e debate público em comunidades disponíveis para a reflexão pública (Hidman, 2012). A linha divisória para a inclusão democrática contempla a defesa da maior projeção e resolução das necessidades públicas, aliadas a perfis de inclusão cívica mais resistentes, informados e conhecedores, que motivam novos planos de relação e reação com o poder político. A profunda mudança da cultura cívica democrática, num plano comparado do ponto de vista internacional, de um nível de fidelidade (*allegiance*) e confiança, para um outro baseado na assertividade (*assertivity*) tem vindo a constituir-se como um traço distintivo entre níveis diferentes de inclusão política e de debate público, os quais têm vindo a ser estudados, num número extenso de nações, com base no projeto *World Values Survey* (Dalton, Welzel, 2014).

Este estudo parte do princípio de que, no sistema político democrático, o motor principal da proximidade política entre eleitos e eleitores baseia-se na construção e é catapultado diretamente pela iniciativa dos *media*. No que se refere às iniciativas presidenciais de Marcelo Rebelo de Sousa, as bases da sua visibilidade pública, e por consequência das causas que promove, definiram um espaço e linha permanentes de acompanhamento noticioso, numa base regular, diária ou quase diária, multidimensional em termos de cobertura mediática de áreas, ligações institucionais e poderes constitucionais definidos para o Presidente, tal como adiante se poderá observar nos quadros 1 e 2.

Na senda de Robert Wiener (1950), Paulo Serra (2007) expressa a importância da reflexão sobre os limites e alcance da informação, no plano dos poderes sociais de intervenção sobre o sistema político. Wiener (1950, p. 17) identifica os moldes e bases da cibernética, enunciando a importância de se atender aos limites da comunicação, sustentados em processos de informação cumulativos que visam a influência sobre outrem. Segundo Serra (2007, p. 106), “a transformação do mundo em informação – a desmaterialização e a virtualização do mundo, para empregarmos termos hoje correntes – aparece, assim, como o verdadeiro poder do homem sobre o mundo, maior ainda que o próprio poder físico ou material”. A ligação entre os limites, limitações e alcance dos *media* têm constituído um dos motes centrais da teorias da comunicação e informação clássicas (McLuhan, 1964; Wolf 1985; Luhmann, 2000), no plano do alcance mediático e sintonização

social que os mesmos atingem e proporcionam. Os novos media e a ligação entre os patamares e fronteiras da informação sobre a sociedade trazem à colação velhos problemas sobre os efeitos cognitivos dos *media* (Lievrouw, Livingstone, 2002; Esteves, 2003; Correia, Fidalgo, Serra, 2003). Nesta ótica, o processo de construção noticioso não pode ser desligado da concepção dos limites e alcance social da informação, como também da intencionalidade da comunicação como motor político do sistema democrático. A construção das identidades sociais e políticas é fortemente direcionada, de modo consentido e informado, pelos *media*, sob influência direta do poder político, em moldes mais ou menos interventivos, na decorrência de estilos de liderança política mais ou menos carismáticos.

A marcação da ordem noticiosa nacional, no plano da imprensa generalista, tem sido motivada pela ação das iniciativas do poder político, e em particular pela expressão de valores-notícia centralizadores (Wolf, 1985). Num estudo sobre o ciclo político dos primeiros 100 dias do XXI Governo Constitucional português iniciado em 26 de Novembro de 2015, foi identificado um conjunto de temas centrais, permanentes e com ciclos de notícia extensos, como era o caso do tema das finanças (Lopes, Espírito Santo, 2016). Esta tendência demarca a relevância de valores-notícia que assumem a centralidade noticiosa pela sua importância direta no desenvolvimento económico e social do país ligado às implicações particulares em termos individuais e particulares. Neste escrutínio noticioso, defendemos que existe um direcionamento político em Portugal que tem vindo a ser promovido pelos protagonistas do poder político português, com um destaque particular para a figura do Presidente da República.

Na linha dos estudos de Hopmann *et al.* (2012), o estudo de Lopes e Espírito Santo (2016) salienta a importância do Governo na marcação da agenda mediática. A satisfação dos cidadãos acerca do desempenho e funcionamento da democracia Portuguesa e a respetiva qualidade tem registado mudanças profundas, desde as eleições para a Assembleia da República em 1976, em particular no que à atuação dos Governos diz respeito (Costa Pinto, Sousa, Magalhães, 2013). A qualidade da democracia tem vindo a ser aferida como um conceito amplo, abstrato, cuja medição por parte da população traz múltiplos desafios metodológicos e teóricos. Neste seguimento, e tendo como pano de fundo a importância da imprensa na projeção da mensagem política do Presidente, a contribuição presente centra-se no estudo do papel mediático do Presidente da República como uma figura que personifica uma instituição central da democracia. Aqui salvaguarda-se o papel dinâmico do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, de intervenção no plano da construção de um conceito novo de proximidade e de marcação da agenda noticiosa, decorrente da sua intervenção como vetor de re-ligação entre o poder do PR e as comunidades. Destas destacam-se aquelas que se encontram mais distantes dos grandes centros urbanos, cuja voz é negligenciada pelos *media*.

Defendemos ainda que a figura do Presidente da República, tal como está personificada por Marcelo Rebelo de Sousa, abriu ao espaço público uma nova ordem na agenda mediática. O seu papel de destaque no apoio a causas de interesse público, através da associação a acontecimentos que marcaram a ordem noticiosa (a estabilidade financeira; o caso de Tancos; as vítimas dos incêndios) permitiu a redimensionamento do acompanhamento noticioso, por parte da comunidade política, no espaço público mediático. A amplitude e diversidade do espaço de cobertura temática da imprensa diária, no que diz respeito à atuação do Presidente, são ricas e densas, ao longo de

dois anos desde a tomada de posse de Marcelo Rebelo de Sousa, e permite a identificação de eixos de intervenção política e noticiosa que projetam, em permanência, o poder político presidencial, e acentuam e demarcam um espaço de cidadania e de inclusão cívica.

ESTUDO EMPÍRICO

Metodologia

Analisámos os dois primeiros anos do primeiro mandato do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa através dos jornais diários generalistas portugueses: *Diário de Notícias*, *Público*, *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*. Os dois primeiros são jornais de referência mais dirigido a classes altas e os outros dois apresentam uma linha mais popular mais vocacionado para classes médias. A nossa amostra compõe-se apenas de artigos jornalísticos que têm como ângulo noticioso a ação do Presidente da República, excluindo-se os textos em que o PR é alvo da ação de outros atores sociais. A análise compreende o período entre os dias 9 de março de 2016 a 9 de março de 2018, totalizando 1.537 textos noticiosos. A recolha de dados foi efetuada com recurso às versões digitais dos periódicos em causa, selecionando-se os cadernos principais desses títulos e excluindo-se as secções Local (no *Público*) ou Porto (no *JN*). Os textos recolhidos foram sujeitos a uma análise quantitativa, feita através do programa de análise estatística de dados *Statistics Package for Social Sciences (SPSS)*, centrada em dois eixos de análise.

O primeiro eixo de análise (quadro 1) procura caracterizar o *corpus* noticioso através da temática em destaque, criando-se aqui três macro-categorias: Presidência da República (que envolve as iniciativas presidenciais), áreas temáticas da política interna (próximas das pastas governamentais) e temáticas sociais (que se dividem entre os temas da religião e da solidariedade). A estas macro-categorias, acresce aquilo que se designa por “outros” onde se encaixam quatro peças que não se integram nas anteriores.

O segundo eixo de análise (quadro 2) centra-se nos poderes do Presidente da República e nos respetivos ângulos noticiosos, tendo sido criadas quatro categorias dentro das quais foram estabelecidos determinados indicadores. Na categoria relação entre o PR e outros órgãos e agentes políticos, incluem-se a relação com o Governo e com a Assembleia da República, o Conselho de Estado e a relação entre o PR e os partidos. Na categoria de poderes constitucionais, integram-se os seguintes indicadores: garante da independência e unidade nacionais, garante do normal funcionamento das instituições, Comandante Supremo das Forças Armadas, promulgação de leis, nomeações, indultos/ condecorações/ exonerações. A categoria estilos de liderança tem como indicador os modos de interpretar o cargo e a categoria relações externas tem como indicador a política externa. Para cada indicador, foram ponderados três ângulos noticiosos: positivo, negativo e neutro. Os critérios de formulação destes três níveis de observação basearam-se no tom e na forma de construção noticiosa, prestando-se aqui particular atenção ao título e ao *lead*.

Leitura e discussão de resultados

“O Presidente da República é o Presidente de todos. Sem promessas fáceis, ou programas que se sabe não poder cumprir, mas com determinação constante. Assumindo, em plenitude,

os seus poderes e deveres. Sem querer ser mais do que a Constituição permite e sem aceitar ser menos do que a Constituição impõe”. Ao lado do Presidente da Assembleia da República Eduardo Ferro Rodrigues, Marcelo Rebelo de Sousa profere o seu discurso de tomada de posse como 20º Presidente da República Portuguesa sem enunciar qualquer frase dirigida ao Governo, alinhado sob a tribuna central no Parlamento onde a cerimónia decorre. Em todo o discurso, o *leitmotiv* foram sempre os portugueses. E a Pátria. “Por isso, aqui estou. Pelo Portugal de sempre”, concluiu. A ligação constante ao povo e a atenção permanente aos *media* são dois vetores que permitem a Marcelo Rebelo de Sousa esticar os poderes presidenciais até ao limite. Sem ser censurado por isso. Nos primeiros dois anos do seu mandato, acumularam-se vários exemplos disso que o discurso jornalístico foi salientando de forma explícita.

Neste artigo, distinguiremos três momentos que marcaram esse tempo inaugural do mandato presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa e que nos permitem refletir de forma mais ponderada sobre os modos de exercer os poderes presidenciais: a intervenção na Caixa Geral de Depósitos, a gestão política do assalto aos paióis de Tancos e o acompanhamento ativo dos incêndios que afetaram o país no verão de 2017. Momentos em que o Presidente da República e os comentadores políticos mais falaram dos poderes presidenciais, momentos pertencentes a campos distintos e estruturantes da vida nacional, momentos que correspondem aos períodos mais críticos do Governo e em que o PR teve um enorme protagonismo.

Um Presidente da República com ampla atenção mediática

Marcelo Rebelo de Sousa é um Presidente da República com ampla atenção mediática, nomeadamente na imprensa. De 10 março de 2016 (dia a seguir à tomada de posse) até 10 de março de 2018, o PR foi alvo de 1.537 textos noticiosos publicados nos jornais diários portugueses (Público, DN, JN e Correio da Manhã) onde ele próprio foi o protagonista, e, a maior parte das vezes, em enquadramentos noticiosos favoráveis a si. No período em análise, 61% dos artigos apresentaram um ângulo positivo, 26.9% caracterizavam-se como neutros e apenas 12.2% tinham um enfoque negativo. Poder-se-á dizer que dois anos depois da sua tomada de posse, Marcelo consegue prolongar nos *media* impressos um estado de graça que, normalmente, é característico dos primeiros meses dos mandatos. Essa receptividade é também registada na popularidade que reúne junto dos portugueses. Em dois anos de mandato, Marcelo Rebelo de Sousa registou sempre altos índices de aceitação junto dos eleitores. Este 20º PR é um caso ímpar de popularidade e essa empatia que gera junto das pessoas é um dos principais vetores de legitimação dos seus poderes. Marcelo sabe que pode dizer (quase) tudo, porque encontrará na opinião pública uma defesa inabalável das suas posições. Os *media*, fazendo um acompanhamento permanente do seu trabalho, geram um agendamento contínuo das ações que protagoniza e daquilo que quer dizer. E geralmente essa construção noticiosa faz-se pelo ângulo positivo, o que também interfere nas perceções que a opinião pública vai desenvolvendo sobre este Presidente. Trata-se aqui de uma estrutura circular de influência dentro da qual os poderes instituídos são mais peças estruturadas do que estruturantes daquilo que se faz a partir de Belém.

Em termos de tematização, mais de metade dos textos noticiosos (57.1%) que envolvem a Presidência da República agrupa-se em três tópicos: iniciativas ou discursos que se centram na própria

Presidência (23.6%), política interna (15.2%) e diplomacia/relações internacionais (18.3%). Todavia, verifica-se no interior de cada um destes tópicos uma extraordinária diversidade de assuntos. A partir de Belém, Marcelo Rebelo de Sousa envolve-se diariamente em múltiplas iniciativas; enquadrado em eventos ou solto de contextos formais, o PR também se pronuncia regularmente sobre assuntos diversos que fazem, a determinada altura, a atualidade política nacional; e em deslocações sucessivas ou recebendo em Portugal políticos estrangeiros, vai procurando pontuar a sua influência em diferentes geografias. Quando intervém num campo específico, valoriza as finanças (8.4 por cento), a defesa nacional (4.6 por cento), a saúde (3.4 por cento), a economia (2.8 por cento) e a administração interna (2.7 por cento). Aqui, salientou-se a sua intervenção no modo como o Governo escolheu a administração do único banco público português, a Caixa Geral de Depósitos; o protagonismo que assumiu na polémica que rodeou o assalto aos paíóis de Tancos; e o envolvimento que teve na tragédia dos mais graves incêndios que alguma vez houve em Portugal.

Quadro 1. Tematização dos artigos noticiosos que envolvem a Presidência da República

Categorias	Indicadores	Nº de peças	%	Total
Presidência da República	Assuntos diversos do foro da Presidência da República	362	23.6	23.5
	Assuntos (gerais) de política interna	234	15.2	
	Diplomacia/relações Internacionais	281	18.3	
	Finanças	129	8.4	
	Defesa nacional	71	4.6	
	Saúde	52	3.4	
Áreas temáticas centrais da política interna	Economia	43	2.8	
	Administração Interna	41	2.7	
	Justiça	39	2.5	
	Educação	36	2.3	69.2
	Cultura	33	2.1	
	Trabalho e Segurança Social	31	2	
	Desporto	21	1.4	
	Ensino Superior/Ciência	15	1	
	Planeamento e Infraestruturas	15	1	
	Agricultura/Florestas/Desenvolvimento rural	8	0.5	
	Ambiente	7	0.5	
	Mar	2	0.1	
	Habitação	2	0.4	
Outras áreas temáticas	Religião	39	2.5	2.5
	Solidariedade	72	4.7	4.6
Outros		4	0.2	0.2
Total		1537	100	100

Um Presidente da República a esticar o semipresidencialismo

Portugal segue um regime semipresidencialista, estando os poderes do PR inscritos na Lei Fundamental. Marcelo Rebelo de Sousa, reputado constitucionalista, conhece bem a Constituição da República Portuguesa. Aliás, ele próprio foi eleito, em 1975, deputado da Assembleia Constituinte, participando nos trabalhos de elaboração da Constituição de 1976, atualmente em vigor. Por isso, domina igualmente bem os interstícios da lei que lhe permitem ir frequentemente até ao limite daquilo que a lei fixa. Percorrendo todos os artigos noticiosos publicados nos jornais diários portugueses ao longo dos primeiros dois anos de mandato, salientam-se quatro modos através dos quais o PR vem exercendo os seus poderes: uma ação que envolve diretamente o Governo e outros agentes políticos, um trabalho que reflete estritamente os poderes constitucionais fixados em lei, iniciativas que dizem respeito à política externa e algumas reflexões sobre estilos de liderança. Os valores do Quadro 2 refletem um Presidente interventivo na política nacional e na frente externa e que tem no bem-estar do povo português uma preocupação constante, porque também sabe que está aí a âncora daquilo que lhe é permitido fazer. Curioso o facto de haver um número substancial de textos que salientam as reflexões que Marcelo Rebelo de Sousa faz sobre o cargo e sobre os modos como este poderá ser exercido, momentos que também servirão para, de certa forma, ir reequilibrando as interpretações que se vão fazendo do modo como gere os limites legais da sua atuação.

Ao longo dos primeiros dois anos do seu mandato, Marcelo Rebelo de Sousa foi um importante actante na cena política nacional. Opôs-se à ação governativa algumas vezes, ajudou a neutralizar polémicas muitas vezes, foi uma força cooperante com frequência. “É como se fosse ministro”, disse a 4 de julho de 2016 numa visita a Trás-os-Montes, quando uma popular se dirigiu a si, exclamando: “Está bonito, o primeiro-ministro” (*Público*, 5 de julho de 2016). Marcelo não pareceu importunado com a confusão de papéis, porque sabe que o poder que detém é grande, principalmente aquele que cresce no plano do simbólico e que lhe é dado pelo povo que ele estima e pelos jornalistas que sempre valorizou. É claro que este 20º Presidente da República beneficia aqui de uma conjuntura particular em que o Governo é minoritário e os acordos à esquerda se revelam frágeis. Vivem-se tempos peculiares. O Governo é liderado pelo segundo partido mais votado (PS) e ancorado em acordos com partidos que nunca integraram a esfera do poder (Bloco de Esquerda, PCP e PEV). Poder-se-ia aqui imaginar que a Assembleia da República seria, nesse período, o centro de gravidade à volta do qual giraria todo o poder. Assim aconteceria, se em S. Bento não estivesse um António Costa tão hábil em negociações e Belém não fosse habitada por um Marcelo tão engenhoso em reconfigurar poderes. Por isso, as centralidades irão passar a estar em equilíbrio precário, com o Presidente a subtrair protagonismo à Assembleia da República e a substituir-se aos poderes do Governo. No fundo, a esticar em permanência um semipresidencialismo que a Constituição Portuguesa lhe impõe. E a tornar-se, ele próprio, o centro da vida política nacional. Algo que o povo aplaude e os media destacam.

Quadro 2. Os poderes do Presidente da República que os artigos noticioso refletem

Categorias	Indicadores	F		Peças com	Peças com	Peças com
		(valores absolutos)	%	Ângulo Positivo (valores absolutos)	Ângulo Negativo (valores absolutos)	Ângulo Neutro (valores absolutos)
Relação entre o PR e outros órgãos e agentes políticos	Relação entre PR e o Governo	306	19.9	135	54	117
	Relação entre PR e outros órgãos de soberania	25	1.6	12	2	11
	Relação entre PR e a Assembleia da República	16	1	8	2	6
	Reuniões de Conselho de Estado	42	2.7	18	8	16
	Relação entre PR e os partidos	130	8.5	71	21	38
Poderes constitucionais	Garante da independência e unidade nacionais	246	16	182	20	44
	Garante do normal funcionamento das instituições	163	10.6	94	13	56
	Promulgação de leis	101	6.6	51	17	33
	Comandante Supremos das Forças Armadas	55	3.6	25	14	16
	Indultos/ condecorações/ exonerações	40	2.6	33	0	7
	Nomeações	6	0.4	2	0	4
Estilos de liderança	Modos de interpretar o cargo	135	8.8	97	17	21
Relações externas	Política externa	263	17.1	205	15	43
	Outros	9	0.6	4	3	2
Total		1.537	100	937	186	414

Marcelo também não descarta a cena internacional. O primeiro dia a seguir à tomada de posse é, em parte, preenchido com um encontro, no Palácio da Ajuda, com os chefes de missões diplomáticas acreditados em Lisboa. O momento é solene, mas não deixa de se criar espaço para reafirmar o lugar de Marcelo Rebelo de Sousa no xadrez político interno e na frente diplomática

que se ambiciona construir. Nas edições dos dias seguintes, o jornal Público escreve que “a assessoria diplomática do Presidente da República e os serviços de diplomacia do Governo vão realizar encontros conjuntos com os embaixadores e chefes de missão acreditados em Lisboa”; o Diário de Notícias titula em primeira a página que “Marcelo afina a política externa com Costa”. Esta intervenção a esse nível é deveras sensível. O passado recente demonstra, aliás, que se trata de algo que facilmente poderá provocar uma frente de conflito entre Belém e S. Bento, como aquela que foi erguida por Soares Presidente e Cavaco primeiro-ministro com o primeiro a encomendar pareceres a constitucionalistas para saber até onde um Presidente da República poderia ir, quando encontrava a oposição de um primeiro-ministro mais cioso dos seus terrenos de ação diplomática. Marcelo também tem vontade de se impor, mas esse protagonismo parece não incomodar António Costa que inaugura, nesse dia, as reuniões com o Presidente. À saída, o primeiro-ministro declara aos jornalistas não haver nenhuma razão para que a relação entre ambos não corra bem. Os próximos meses confirmarão essa convicção. Mesmo em momentos de tensão, nenhum dos dois deixou a relação quebrar. Porque ambos precisam um do outro. E é também por aqui que pode ser entendido o facto de tantas vezes o Presidente da República ter esticado o seu poder. Perante um Governo minoritário, o PR tem sempre mais espaço para ação. Se souber fazer o equilíbrio daquilo que faz junto da opinião pública que convém ser sempre favorável às posições que vai adotando.

Três momentos-chave para um semipresidencialismo em mudança

O estado das finanças do país, nomeadamente a situação da Caixa Geral de Depósitos; as polémicas à volta do incidente de Tancos e a tragédia dos incêndios ocorridos em 2017: eis três situações que nos servem de base para refletir o modo como o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa interpreta os seus poderes presidenciais.

Finanças públicas: uma preocupação permanente num período pós-Troika

O campo financeiro é uma preocupação que Marcelo Rebelo de Sousa transporta desde o dia da tomada de posse. O Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal terminou a 30 de junho de 2014, mas a atenção a esta área nunca deixou de ser prioritária nos tempos pós-Troika e Marcelo Rebelo de Sousa em momento algum ficou alheio às opções políticas tomadas.

A primeira separação mais vincada entre Belém e S. Bento acontece no final do primeiro mês da Presidência de Marcelo. E regista-se no campo das finanças. Como seria de esperar, o PR promulga o Orçamento de Estado, mas é no modo como comunica essa decisão que se pode ler alguma imprevisibilidade de MRS em relação ao Governo. Sentado na Sala de Audiências do Palácio de Belém, o Presidente da República explica ao país as razões daquela promulgação. Fá-lo em cerca de dez minutos, pelas 17h, longe, portanto, do horário nobre das televisões, porque também se sabe que o destaque está assegurado em todos os noticiários. O Presidente da República sublinha na sua intervenção três dúvidas em relação ao documento: a fiabilidade das previsões macroeconómicas e de receita (“mesmo revistas, as previsões não serão demasiado optimistas?”), a sua exequibilidade (“será possível executar este OE sem medidas adicionais?”) e o modelo escolhido (“este modelo que aposta que o consumo das famílias e o consumo público fará crescer a economia e criar emprego, será suficiente?”). Estes receios fixam alguma distância entre PR e

PM, porque Marcelo, por um lado, não quer comprometer-se com aquilo que possa correr menos bem no Governo e, por outro, sabe que precisa de reivindicar um terreno de autonomia que lhe permita consolidar e alargar os seus poderes. Em declarações à edição de 8 de abril de 2016 do jornal Público, a propósito dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa, defende que “o sistema de Governo é muito plástico (...), feito de um compromisso entre o presidencialismo que, em Portugal, nunca teve sucesso, e o parlamentarismo, que teve fases de má memória”. Curioso o que diz a seguir: “é nesse equilíbrio, que depende muito do sistema de partidos, da composição da Assembleia da República e das suas relações com o Governo, é nesse contexto que o regime semipresidencialista permite vários tipos de práticas”.

Todavia, nos primeiros meses do seu mandato, a Caixa Geral de Depósitos é alvo de uma atenção particular do Presidente da República. Em junho, Marcelo Rebelo de Sousa tenta encontrar uma solução alternativa à comissão parlamentar de inquérito que o PSD quer fazer à CGD. “Oficialmente o assunto não constou do encontro que o Governador do Banco de Portugal teve ontem em Belém, mas o Expresso sabe que Costa e Marcelo falaram disso (...). O PR não deve comentar decisões de outro órgão de soberania. O Presidente é um órgão de soberania, o Parlamento é outro” (Expresso, 18 de junho de 2016). Em pleno verão e mesmo de férias, Marcelo Rebelo de Sousa conseguiu travar o ministro das Finanças numa iniciativa legislativa que procurava integrar na CGD os administradores vetados pelo BCE. Na edição de 10 de setembro de 2016 do Expresso, escreve-se que “com um hábil recurso aos media, quando vê que não consegue levar água ao seu moinho, o PR antecipa a posição discordante, avisa que pode vir aí um veto e tenta condicionar Costa”. O ano não chegaria ao fim, sem Marcelo Rebelo de Sousa se envolver num outro problema protagonizado pelos administradores do banco público que agora se recusavam a declarar rendimentos e património no Tribunal Constitucional. A 4 de novembro de 2016, Belém publica uma nota no *site* da Presidência da República declarando que “se considera que a obrigação de declaração vincula a administração da Caixa Geral de Depósitos”. Nesse tempo, Marcelo Rebelo de Sousa, em reuniões com o PM e mesmo com o Presidente da CGD, procura resolver o problema com a celeridade que se impõe. A noticiabilidade que o PR vai criando em permanência nos diferentes media acentua a pressão para uma demissão que se concretizará a 28 de novembro de 2016.

Um roubo de armamento que leva o PR aos limites dos seus poderes constitucionais

A Defesa é uma área com uma substancial atenção mediática. Poder-se-ia considerar que o facto de o Presidente da República ser também Comandante Supremo das Forças Armadas justificaria o número de artigos dedicados a essa temática. Em parte, assim é, mas esse elevado registo ficou a dever-se a um furto de material de guerra nos paióis nacionais de Tancos (Santarém), que o exército diz ter acontecido a 29 de junho de 2017. O caso ganhou rapidamente uma enorme relevância nacional devido ao tipo de material roubado (granadas de mãos, granadas foguete anticarro e explosivos). Com o primeiro-ministro de férias, o Presidente da República assumiu a gestão política do caso, promovendo ele próprio uma reunião em Tancos poucos dias depois do assalto (4 de julho de 2017), convocando para esse encontro o ministro da Defesa e os dois chefes militares do Exército – o general chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e o general

chefe do Estado Maior do Exército. "Foi muito útil e importante em termos informativos a vinda cá. É completamente diferente ter a noção distante e outra coisa é vir ao terreno", disse Marcelo Rebelo de Sousa, no fim daquela deslocação (DN, 5 de julho de 2017). Dessa visita resultaram factos novos que a edição do Público de 5 de julho de 2017 avançava assim: "o Governo anunciou uma reunião ao mais alto nível do Sistema de Segurança Interna; foi desconvocada a manifestação de oficiais frente ao Palácio de Belém; e foram empurradas para o final da semana as explicações aos deputados do ministro da Defesa e do Chefe de Estado Maior do Exército". Eis aqui uma situação em que os poderes do Presidente foram até ao limite, algo que o próprio Marcelo Rebelo de Sousa admitirá a 7 de julho no fim de uma conferência: "fiz, ao longo da semana, o que entendi que devia fazer. Porventura, sendo interpretado como indo até ao limite dos meus poderes, uma vez que não há precedente de tomadas públicas de posição do Presidente da República e do Comandante Supremo das Forças Armadas sobre este tipo de matérias, no momento em que ocorrem e na fase que ainda decorre (. . .). Quando entender que devo intervir ou falar novamente, fá-lo-ei" (JN, 7 de julho de 2017). Em entrevista mais alongada à edição de 30 de julho do DN, reconhece que foi "até ao limite" das suas funções. Marcelo Rebelo de Sousa teve, de facto, um enorme protagonismo na gestão política desta crise que abalou o Governo. Poucos dias depois do assalto, quando confrontado com os jornalistas acerca do facto de o Primeiro-ministro estar de férias num momento político sensível, o PR diz que "mais complicado seria se o Presidente da República estivesse em férias", porque, acrescenta, "não há em relação a ele a possibilidade de substituição".

Ser solidário nas tragédias e empurrar o Governo para determinadas decisões

Antes de Tancos, o Presidente da República já se havia envolvido noutra questão na qual o Governo tinha sido fortemente visado: o gravíssimo incêndio que, a 17 de junho de 2017, atingiu Pedrógão Grande no qual morreram 66 pessoas e uma outra vaga de fogos registada também na região centro a 15 de outubro que vitimou mortalmente 49 pessoas. No primeiro caso, Marcelo Rebelo de Sousa chega ao local dos incêndios antes mesmo da ministra da Administração Interna. Eis o relato que a edição do dia 19 de junho do *Diário de Notícias* faz do imediato envolvimento do Presidente da República nesta tragédia:

"Fim da noite de sábado. Marcelo Rebelo de Sousa tinha acabado de chegar a casa, em Cascais, vindo do Porto. António Costa estava em Portalegre, num jantar partidário, depois de, à tarde, ter presidido em Lisboa a uma reunião do PS. Foi nessa altura que ambos se começaram a aperceber da real dimensão do que se estava a passar em Pedrógão Grande. Informado pela sua assessoria, o PR decidiu, pouco depois de chegar a casa, meter-se no carro e rumar a Pedrógão Grande; Costa, pelo seu lado, veio para Lisboa, mas em vez de ir para casa dirigiu-se à sede da Proteção Civil. Ao chegar a Pedrógão um abraço prolongado ao secretário de Estado Jorge Gomes, desfeito em lágrimas. Marcelo procurou de imediato desarmadilhar conversas sobre falhas no combate ao fogo ou na atuação das autoridades. O PR regressaria a Lisboa já com a madrugada bem avançada. Passou o domingo em Belém. Cancelou tudo o que tinha previsto para os próximos dias. Promulgou o decreto governamental determinando luto nacional por 3 dias. Ao fim da tarde decidiu que tinha que fazer uma comunicação ao país, o que aconteceu pelas 20h30. Marcelo reconhecia que há "interrogações e sentimentos

que não podem deixar de nos angustiar”, porque além do mais “a tragédia atingiu portugueses de quem menos se fala, de um país rural, isolado, com populações dispersas, mais idosas, mais difíceis de contatar, de proteger e de salvar”.

A intervenção política de Marcelo Rebelo de Sousa far-se-á sentir em permanência, e a diferentes níveis. O Presidente da República deslocar-se-á ao terreno dos incêndios várias vezes, algumas das quais sem integrar isso na agenda oficial; pronunciar-se-á pública e reiteradamente sobre a necessidade de ajudar aqueles que perderam tudo nos fogos. Poucos dias a seguir a esta tragédia, o próprio Marcelo Rebelo de Sousa assina um texto no Expresso com o título “É missão do PR garantir resposta rápida e exaustiva”, defendendo que, depois da fase do combate parecer estar a chegar ao seu termo, “é tempo de, sem limites e sem medos, se apurar o que, estrutural ou conjunturalmente, possa ter causado ou influenciado, quer o sucedido, quer a resposta dada. No plano técnico como institucional.” (Expresso, 24 de junho de 2017). Passados menos de quatro meses, repete-se a tragédia. Desta vez, Marcelo Rebelo de Sousa não reage de imediato, mas, passados dois dias, a partir do lugar mais afetado pelos incêndios (Oliveira do Hospital), Marcelo Rebelo de Sousa faz uma comunicação ao país, sendo implacável nas críticas ao Governo, defendendo que “é justificável que se peça desculpa” e que se abra um novo ciclo, sendo que isso “inevitavelmente obrigará o Governo a ponderar o quê, quem, como e quando melhor serve esse ciclo”. O Presidente da República assegurou também que “estará atento e exercerá todos os seus poderes para garantir que onde existiu ou existe fragilidade, ela terá de deixar de existir”. No dia seguinte, a ministra da Administração Interna pedia a demissão e o primeiro-ministro nomearia uma nova equipa para a Administração Interna.

Nos meses seguintes, o Presidente da República não mais largará a agenda dos incêndios da sua ação política. E fá-lo através daquilo onde encontra maior eficácia: dos afectos que dá às pessoas vítimas daquela tragédia. No dia 25 de dezembro de 2017, dia de Natal, Marcelo cumpriu o que prometera: passou o dia em Pedrógão. Participou na missa celebrada pelo bispo de Coimbra, juntou-se a algumas pessoas vítimas daquela tragédia para almoçar, inaugurou a sede da Associação das Vítimas dos Incêndios de Pedrógão e, simbolicamente, plantou um sobreiro. À noite jantou com os bombeiros em Castanheira de Pêra. Disse estar ali em representação dos portugueses: “Todos me pediram para estar presente – mesmo os que não me pediram.” E confessou que aquele era um dia “de sentimentos contraditórios, de alegria por ser Natal e de saudade pelos que partiram”. O Público enviou para o terreno o seu diretor David Dinis que, na edição de 26 de dezembro de 2017, abria o seu texto assim: “Em Pedrógão, no primeiro Natal depois de tudo, Marcelo foi o pastor. Quis olhar para a frente e ‘recriar a vida’. Mas ainda foi das almas que acabou a tratar.” Esta forma metafórica de fazer aproximação ao Presidente foi, aliás, representada no quadro do pintor João Viola que retrata um presépio onde se vê Marcelo incorporando pastor a abeirar-se de um desprotegido Menino Jesus com um presente simbólico: uma casa nova. A 25 de dezembro, em Pedrógão, o Presidente garantiu que não esquecerá o que se passou: “Não parecem seis meses, parecem uma eternidade para quem os viveu.” Incentivando as pessoas a reagir à adversidade, Marcelo deixou uma mensagem que é, para si, um eixo estruturante da sua ação política: “Não tenham medo de dizer afeto ou amor”.

NOTA CONCLUSIVA

Os moldes de intervenção pública do Presidente no espaço mediático inauguraram um novo estilo de comunicação mediática e de liderança ao mais alto nível da Nação, a partir de 9 de março de 2016. Este novo estilo de liderança motivou uma redefinição dos eixos de centralidade noticiosa, associados a um elemento novo de rápida reconversão de polos de atenção e a um escrutínio mais célere, imediato e atento por parte da opinião pública em relação a assuntos de interesse nacional. Com Marcelo Rebelo de Sousa, o Presidente da República e os *media*, por este diretamente conduzidos, motivaram e construíram uma dinâmica nova no espaço público mediático, caracterizado por um enfoque politicamente dirigido no plano dos polos de interesse públicos, contribuindo para um estreitamento de laços entre a política, personificada pelo mais alto cargo da Nação, a comunidade política, o Governo e os *media*.

Defendemos que a compreensão da dinâmica e da visibilidade da intervenção pública do Presidente da República completa-se e reforça-se através do papel de ancoragem política que os *media* têm desenvolvido, nestes dois anos em estudo, do mandato de Marcelo Rebelo de Sousa. O estudo efetuado permitiu-nos identificar os moldes e os contornos de permanência no espaço público da mensagem do Presidente da República, a qual é construída através da imprensa, no plano da cobertura da sua atividade política. Defendemos que o projeto político de intervenção e visibilidade pública do Presidente da República assenta, fortemente, e suporta, em simultâneo, a agenda pública mediática. O suporte que a imprensa produz, em permanência, às iniciativas presidenciais gera um equilíbrio de poderes entre a projeção das iniciativas e competências presidenciais, e o poder da informação, no alcance e medida que o mesmo pretende veicular, à luz de critérios de noticiabilidade, que convergem em torno dos focos de atenção e dos interesses sociais e políticos que são definidos, dirigidos e direcionados pelo Presidente da República. Ou seja, o Presidente da República amplifica a sua estratégia de construção de um modelo e estilo de liderança próprios de proximidade entre si e as comunidades, porque conta com o apoio permanente dos *media*, como demonstrado neste estudo. Verifica-se, assim, a ausência de um eixo de contrapoder ou de desconstrução crítica em relação ao exercício das suas funções ou à projeção das mensagens e iniciativas que o Presidente escolhe promover. O percurso mediático de Marcelo Rebelo de Sousa, enquanto comentador político, ao longo de vários anos, antes de ser Presidente, granjeou-lhe um espaço próprio após ser eleito Presidente, que contribuiu, sobejamente, para lhe conferir uma autoridade mediática enquanto interveniente político, sem igual na cultura democrática Portuguesa.

Uma das ilações fundamentais deste estudo é a existência de um suporte de retaguarda permanente, construtivo e com um enfoque positivo que conduziu, ao longo de dois anos, o mandato presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa. Este suporte da imprensa às iniciativas presidenciais conferiu um reforço constante de legitimidade, de projeção e de visibilidade públicas, mesmo em matérias do foro financeiro, estratégico e de solidariedade social, que poderiam pertencer mais à esfera da ação do Governo.

A constância da presença do Presidente em múltiplos palcos do sistema político e o respetivo eco mediático que isso reúne introduziram um novo plano de visibilidade e de proximidade em relação ao sistema político, em geral, e em particular junto das populações. O desempenho das funções presidenciais em moldes de constante visibilidade pública demonstra uma sinergia parti-

cular de relação entre o titular do órgão de soberania máximo da Nação e os *media*. Apesar de se poder defender que há um benefício importante na política de proximidade entre eleitos e eleitores, há também que reconhecer que o papel de distanciamento e crítica mediática foi relegado para um plano secundário.

A competência de exercício de contrapoder e de fiel da balança do sistema político foi reforçado por parte do Presidente e gerou uma posição de árbitro e de liderança política dificilmente igualáveis. Concluímos que a expressão singular de exercício do poder presidencial, personificado por Marcelo Rebelo de Sousa enquanto Presidente, introduziu um espaço de poder e uma zona de excecionalidade no tratamento noticioso das iniciativas e competências presidenciais, as quais podem indiciar um campo informativo aberto e permeável à influência do poder político em contexto democrático. Ou seja, no palco que o poder político escolhe projetar publicamente, promove-se um conceito de proximidade democrática, não apenas em relação aos eleitos e comunidades, como em relação aos *media*, e à imprensa em particular, a qual concorre para politicamente constituir um reforço da ação do poder político, no que se diz respeito ao órgão de soberania que é o Presidente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almond, G. & Verba, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press.
- Bacelar Gouveia, J. (2007). *A Dissolução da Assembleia da República – Uma Nova Perspectiva da Dogmática do Direito Constitucional*. Lisboa: Almedina.
- Bardin, L. (2013). *Análise de conteúdo*, 4ª edição. Lisboa: Edições 70.
- Constituição da República Portuguesa*. www.parlamento.pt/Legislacao/paginas/constituicaoorepublicaportuguesa.aspx. Acedido em Março de 2018.
- Correia, J.; Fidalgo, A. & Serra, P. (orgs.) (2003). *Informação e Comunicação Online, vol. III: Mundo Online da Vida e Cidadania*. Covilhã: UBI.
- Costa Lobo, M. (2018). *Constituição Portuguesa em Fluxo: uma perspectiva comparada 1976-2016*. Lisboa: Assembleia da República.
- Costa Pinto, A. & Canelas Rapaz, P. (2018). *Presidentes e (Semi)Presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*. Lisboa: ICS.
- Costa Pinto, A. & Magalhães, L. (ed.) (2013). *A Qualidade da Democracia em Portugal. A Visão dos Cidadãos*. Lisboa: ICS.
- Dalton, R. & Welzel, C. (2014). *The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Duverger, M. (1978). *Échec au Roi*. Paris: A. Michel.
- Duverger, M. (1980). A New Political System Model: Semi-Presidential Government. *European Journal of Political Research*, (8): 165-187.
- Elgie, R. (2008). The Perils of Semi-Presidentialism. Are They Exaggerated?. *Democratization*, 15(1): 49-66. www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13510340701768125. Acedido em Março de 2018.

- Esteves, J. (2003). *Espaço Público e Democracia*. Lisboa: Colibri.
- Freire, A. & Costa Pinto, A. (2006). *O Poder dos Presidentes*. Lisboa: Campo das Letras.
- Hidman, M. (2012). Personalization and the Future of News. *UI RSCAS; 2012/56; Global Governance Programme-29; Global Economics* (pp 1-15). Italy: European University Institute. <http://cadmus.eui.eu/handle/1814/24296>.
- Hopmann, D.; Elmelund-Præstekær, E.; Albæk, R.; Vliegthart & Vreese, C. (2012). Party media agenda-setting: How parties influence election news coverage. *Party Politics*, (18): 173-191.
- Lievrouw, L. & Livingstone, S. (2002). *Handbook of New Media: Social Shaping and Consequences of ICT*. London: Sage Pub.
- Lopes, F. & Espírito Santo, P. (2016). Os 100 primeiros dias do XXI Governo Constitucional através da imprensa generalista: quando as finanças travam uma mudança de ciclo político. *Communication Studies*, (23): 1-15.
- Luhman, N (2000). *The Reality of the Mass Media*. Stanford: Stanford University Press.
- Moreira, V. & Gomes Canotilho, J. (1991). *Os Poderes do Presidente da Republica*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Moreira, V. (2005, dezembro 13). Os Poderes dos Presidentes. *Publico*. www.publico.pt/2005/12/13/JORNAL/OS-PODERES-DOS-PRESIDENTES-53599. Acedido em Março de 2018.
- Negroponte, N. (1995). *Being Digital*. New York: Alfred A. Knopf.
- Neuman, W. (1986). *The Paradox of Mass Politics: Knowledge and Opinion in the American Electorate*. Cambridge: Harvard University Press.
- Norris, P. (2001). *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Serra, P. (2007). *Manual de Teoria da Comunicação*. Covilhã: Livros LabCom.
- Wiener, N. (1950), *The Human Use Of Human Beings: Cybernetics And Society*. USA: Da Capo Press.
- Wolf, M. (1985). *Mass media: contextos e paradigmas Novas tendências Efeitos a longo prazo O newsmaking*. Lisboa: Editorial Presença.

Imprensa consultada

- Diário de Notícias*, 11 de março de 2016
- Diário de Notícias*, 12 de março de 2016
- Diário de Notícias*, 19 de junho de 2017
- Diário de Notícias*, 5 de julho de 2017
- Diário de Notícias*, 30 de julho de 2017
- Expresso*, 18 de junho de 2016
- Expresso*, 10 de setembro de 2016

Expresso, 24 de junho de 2017

Jornal de Notícias, 7 de julho de 2017

Público, 11 de março de 2016

Público, 12 de março de 2016

Público, 5 de julho de 2016

Público, 8 de abril de 2016

Público, 5 de julho de 2016

Público, 5 de julho de 2017

Público, 26 de dezembro de 2017